

RAÇA, CIÊNCIA E SOCIEDADE. Marcos Chor Maio & Ricardo Ventura Santos (organizadores). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil, 1996. 252 pp. (brochura)
ISBN 85-85676-25-6

A coletânea de artigos organizada por Marcos Chor Maio (pesquisador da Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz) e Ricardo Ventura Santos (professor do Museu Nacional e pesquisador da Escola Nacional de Saúde Pública) é resultado do seminário Raça, Ciência e Sociedade, realizado no Centro Cultural Banco do Brasil, em maio de 1995. Trata-se de uma feliz e preciosa combinação de textos que, mediante uma pluralidade de enfoques teórico-metodológicos, revelam na sua totalidade uma análise multidisciplinar da história, das ciências sociais e, em certa medida, da literatura para compreender o fenômeno complexo e polifacetado do cenário racial brasileiro. Pela abrangência e riqueza do tema tratado, a coletânea retoma com admirável originalidade um antigo debate sobre a cultura brasileira e a identidade nacional.

Tendo em vista a composição, o escopo e orientação dos artigos apresentados, o livro pode ser analisado sob óticas diversas: pode-se empreender uma caracterização dos diferentes modelos teórico-metodológicos subjacentes aos textos, uma descrição do “estado atual da arte” nos estudos sobre a questão racial no Brasil, ou mesmo uma discussão acerca da seleção dos temas específicos que ganham destaque nos artigos. Limitar-me-ei apenas ao conteúdo do livro e, portanto, uma apresentação sucinta de cada capítulo.

O livro está composto por quinze artigos divididos em quatro seções. Cada seção corresponde a um corte cronológico, identificando e caracterizando de modo paradigmático o pensamento brasileiro sobre o imbricamento entre raça, ciência e sociedade. Na primeira parte estão incluídos quatro capítulos que discutem como os discursos de intelectuais e práticas políticas específicas sobre as questões raciais ajudaram, na virada do século, a formar uma definição de identidade nacional. O primeiro trabalho, de John Manuel Monteiro (*As “raças” indígenas no pensamento brasileiro do império*), analisa como a penetração no Brasil de novas idéias sobre raça e evolução teve que dialogar com um contradiscurso que via no índio, por meio de um processo de mestiçagem, um caminho para o futuro da civilização brasileira. O texto seguinte, *Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitário da Primeira República*, de Nisia Trintade Lima e Gilberto Hochman, discute de forma muito bem documentada como o movimento pela reforma da saúde pública e constituição da ciência médica na Primeira República tiveram um papel central e prolongado na reconstrução da identidade nacional, ajudando a legitimar a presença do Estado no campo da saúde pú-

blica e a superar o estado de barbárie em que o País se encontrava. A tese fundamental dos autores é a de que, diante de um país interpretado como doente – como dizia o médico Miguel Pereira em 1916, “*O Brasil é um imenso hospital*” –, a campanha pelo saneamento, ao tentar resolver o quadro mórbido vigente nos “sertões brasileiros” mediante uma reorganização dos serviços sanitários federais, contribuiu tanto para a descoberta sociológica da doença, quanto para a consolidação de uma nova identidade profissional, a do médico especializado em saúde pública.

Giralda Seyferth é autora do terceiro capítulo, *Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização*. Partindo da crença dominante na época de que pertencer a um grupo étnico é o que dá sentido à individualidade nacional, a autora analisa como o discurso sobre imigração e raça, fundamentado na idéia da miscigenação, procurava constituir a noção de um tipo nacional, resultante de um processo seletivo direcionado para o branqueamento da população. Retornando ao tema da imigração, Joel de Souza Ramos encerra o último texto da primeira seção do livro, *Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 20*. Nesse capítulo, o autor observa que, em contraposição ao imigrante ideal, o indesejável seria aquele representado por povos cuja raça limitaria a composição de um tipo eugênico nacional. Nesse aspecto, a política imigratória da Primeira República procurava orientar-se basicamente para a formação de um tipo ideal de homogeneidade racial, cuja miscigenação física e cultural resultaria um tipo brasileiro. Esse mecanismo pressupunha uma seleção que levasse em conta, além do aumento do contingente de sangue branco, a “*necessidade de se obter os mais assimiláveis entre os brancos e, quando não fosse possível evitar, os mais ‘doceis’ entre as ‘raças inferiores’*” (p. 81).

A segunda seção do livro – *A reinvenção da raça nas décadas de 30 e 40* – está constituída de três textos. Sem pretender estabelecer marcos cronológicos rígidos e incorporando o debate internacional, todos os três capítulos indagam sobre o significado da substituição do conceito de raça pelo de cultura. O primeiro desses textos intitula-se *Do saber colonial ao luso-tropicalismo: “raça” e “nação” nas primeiras décadas do salazarismo*. Seu autor, Omar Ribeiro Thomaz, valendo-se dos trabalhos apresentados pelas Conferências de Alta Cultura Colonial (evento promovido em 1936 pelo Estado Português na Sociedade de Geografia de Lisboa), observa que uma grande parte da *Intelligentsia*, desejosa de retomar os anos de glória do antigo Império, partilhava a idéia de que os territórios de ultramar corresponderiam a uma continuação do espírito lusitano. O Brasil representaria a criação bem-sucedida de Portugal. O luso-tropicalismo de Gilberto Freyre, nesse aspecto, estaria em compasso com esse

ideal, pois, ao advogar as boas intenções do projeto colonial português, o autor de *Casa Grande & Senzala* aponta para a criação de uma democracia racial, uma homogeneização da nação avessa à violência racial. O artigo de Lourdes Marínez-Echazábal (*Culturalismo dos anos 30 no Brasil e na América Latina: deslocamento retórico ou mudança conceitual?*) discute, de forma exemplar, como, a partir da segunda metade do século XIX, a preocupação ontológica ou a hermenêutica da identidade latino-americana torna-se mais intensa nas exegeses dos cientistas sociais. Identificando as principais etapas do “ideograma” da mestiçagem, a autora conclui que o discurso da etnicidade formulado pelos intelectuais dos anos 20 aos 50 (mais especificamente Gilberto Freyre e Jorge Amado), ao tentar dissociar raça e cultura, atualizou a obra de seus antecessores. Ricardo Ventura Santos escreve o último texto da segunda parte da coletânea – *Da morfologia às moléculas, de raça à população: trajetórias conceituais em Antropologia Física no século XX*. Em um estilo claro, conciso, sem se perder em detalhes, o autor analisa a trajetória do conceito de raça na antropologia física (ou biológica). A primeira parte do artigo discute o contexto histórico e teórico da transição híbrida e singular do conceito de raça para o de população, termo chancelado pela síntese neodarwiniana. Nesse contexto, argumenta Ricardo, os debates desenvolvidos pela Unesco, na década de 50, a respeito dos *Estatutos sobre Raça* tiveram uma importância especial quanto a essa questão. Por último, analisando o significado de raça na antropologia física brasileira, o autor observa a existência de duas grandes linhas de investigação: a primeira, representada pelo Museu Nacional, caracterizou-se pela continuidade da noção tipológica de raça; a segunda, centralizou-se na genética de populações.

A terceira parte da coletânea – *O Brasil como “laboratório racial”*: os estudos sobre relações raciais entre os anos 40 e 60 – reúne quatro capítulos que têm como eixo central a análise das obras de sociólogos e antropólogos, nacionais e estrangeiros, que investigaram as relações raciais no Brasil entre os anos 40 e 60. O primeiro texto, de Antônio Sérgio Alfredo Guimarães (*Cor, classes e status nos estudos de Pierson, Azevedo e Harris na Bahia: 1940-1960*), discute os quadros teóricos em que os conceitos de cor, classe e status foram relacionados nas ciências sociais no Brasil. Com base no exame de três clássicos (Donald Pierson, Marvin Harris e Thales de Azevedo), o autor analisa duas grandes hipóteses sobre a relação entre cor e posição social: aquela que teoriza as discriminações raciais como discriminações de classe e aquela que explica a especificidade do sistema de relações raciais pela permanência de uma hierarquia estamental criada pela escravidão. No texto seguinte, Maria Lúcia de Santana Braga escolheu Roger Bastide para desenvolver uma refinada análise (*Roger Bastide, Paisagista*). Enfatizando o pluralismo metodológico desse autor, Maria Lúcia conclui que a obra de Bastide, assim como a de Machado de Assis, oferece-nos um quadro amplo (paisagístico) da vida e cultura urbana brasileira. Aliando ciência e arte, Bastide conseguiu ultrapassar os limites de uma visão restrita sobre as relações raciais que marcou o trabalho de muitos de nossos estudiosos. O trabalho de Marcos Chor Maio, *A questão racial no pensamento de Guerreiro Ramos*, discute a forma como esse autor trata o tema das relações ra-

ciais, partindo do pressuposto de que a abordagem adotada está intimamente vinculada a determinados aspectos da sua trajetória de sociólogo, tais como a sua militância no movimento negro e participação na burocracia estatal. Inspirado no modelo nacional-desenvolvimentista cepalino, o intelectual baiano acreditava na existência de uma cultura racial brasileira convivendo com doses elevadas de racismo no País. Para Guerreiro Ramos, essa situação contraditória só seria passível de resolução com a efetiva participação dos intelectuais na construção de uma identidade nacional. Maria Arminda do Nascimento Arruda, no seu trabalho – *Dilemas do Brasil moderno: a questão racial na obra de Florestan Fernandes* – sobre o autor de *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, analisa como esse sociólogo investiga a situação dos negros sob o prisma das formas sociais excludentes e das possibilidades de integração que têm caracterizado a ordem capitalista brasileira.

A quarta e última seção da coletânea – *Perspectivas contemporâneas acerca da questão racial* – traz quatro capítulos que discutem o dilema racial brasileiro e sua inserção no contexto internacional. Lívio Sansone inaugura essa seção com o artigo intitulado *As relações raciais em Casa Grande & Senzala revisitas à luz do processo de internalização e globalização*. Trata-se de um estudo que procura salientar como o *habitus racial* e o discurso luso-tropicalista estão descritos em Gilberto Freyre. Baseado em uma pesquisa realizada em duas áreas da Região Metropolitana de Salvador, Lívio Sansone conclui que, apesar do culturalismo e provincialismo das categorias freyrianas, há muitos pontos de contato entre a realidade baiana e o quadro esboçado em *Casa Grande & Senzala*. Joel Rufino dos Santos em um texto curto e objetivo (*O negro como lugar*) observa que o negro deve ser entendido como uma configuração social cujas coordenadas são dadas pelo fenótipo (crioulo), condição social (pobre), patrimônio cultural (popular), origem histórica (ascendência africana) e identidade (autodefinição e definição pelo outro). Yvonne Maggie – *Aqueles a quem foi negada a cor do dia*: as categorias cor e raça na cultura brasileira – investiga o complexo sistema de categorização de cores e raças pela cultura brasileira. Analisando o PNAD de 1976 e as perguntas do censo demográfico, a autora conclui que a pergunta aberta e sem um contexto definido sobre a cor e raça propiciou um sistema classificatório que abarca tanto o lugar social, quanto a origem ou identidade étnica dos entrevistados. Por último, o texto de Carlos Hasenbalg (*Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil*) trata do racismo e das desigualdades raciais. Tais questões estão presentes na nossa realidade e se a convivência harmônica entre grupos raciais permanece no discurso ideológico brasileiro deve-se, entre outros aspectos, às dificuldades enfrentadas pelo movimento social dos negros em encaminhar as suas reivindicações específicas e ampliar a sua base social.

Pelo rápido resumo acima apresentado, pode-se perfeitamente concluir que o livro *Raça, Ciência e Sociedade* é, como diz Gilberto Velho na contracapa, uma “referência obrigatória para todos os estudiosos de relações raciais”.

Paulo César Alves
Universidade Federal da Bahia
Salvador, BA

A ENDEMIAS HANSÊNICA: UMA PERSPECTIVA MULTIDISCIPLINAR. Marcos de Souza Queiroz & Maria Angélica Puntel. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1997. 120 pp.

ISBN: 85-85676-33-7

A hanseníase, amplamente conhecida como lepra, é uma doença antiga, altamente estigmatizada, com mecanismos de cura e de prevenção conhecidos, que não exige grandes incorporações tecnológicas, estando praticamente erradicada nos países desenvolvidos. Contudo, no Brasil, ela ainda é altamente prevalente, constituindo-se em um sério problema de saúde. Enquanto, por um lado, os dados epidemiológicos disponíveis revelam uma taxa de crescimento elevada, por outro, há um certo descaso dos serviços públicos quanto ao seu tratamento. Assim, não causa grande surpresa que o Brasil atualmente detenha 85% dos pacientes de hanseníase de todas as Américas.

Embora seja uma área privilegiada para a investigação social, poucos estudos têm sido realizados sobre essa endemia. Nesse aspecto, o livro *A Endemia Hansênica: Uma Perspectiva Multidisciplinar*, de Marcos de Souza Queiroz (antropólogo) e Maria Angélica Puntel (enfermeira), vem suprir uma importante lacuna na nossa bibliografia. Esse, sem dúvida, é o primeiro (mas não único) grande mérito do trabalho.

Marcos e Maria Angélica tomaram como principal objetivo de investigação as representações e estratégias que tanto os pacientes e seus familiares (comunicantes), como os agentes e especialistas de saúde (médicos, enfermeiros e atendentes) formulam sobre a hanseníase. Os autores, tentando cercar o problema dessa doença baseados em uma perspectiva histórica, epidemiológica, sociológica e antropológica, promoveram de fato “*uma síntese interdisciplinar entre as ciências sociais e a Saúde Pública*” (p. 11), conforme prometido logo no início do livro. Dentro dessa perspectiva, discutem os problemas de manutenção e recuperação da saúde de hansenianos quanto ao consumo de serviços médicos e aos processos de adaptação ao meio social e familiar. Essa discussão está, pelo seu lado, fundamentada em um cuidadoso trabalho de campo, desenvolvido em 1993, na região de Campinas (São Paulo). Na pesquisa, foram envolvidas 34 famílias (45 doentes de hanseníase, na sua grande maioria sob tratamento poliquimioterápico, e 164 comunicantes) e informantes do Centro de Saúde I (Policlínica I). Informações também foram obtidas na Prefeitura Municipal de Campinas, na Secretaria Estadual de Saúde e na Unicamp. A pesquisa, de base eminentemente qualitativa, utilizou-se de entrevistas semi-estruturadas e de fontes secundárias, como dados epidemiológicos e documentos oficiais, entre outros. Um dos pontos altos do trabalho é a importância que os autores dão para o discurso dos informantes, permitindo ao leitor compreender mais de perto o significado que a doença, o tratamento e as práticas de cura têm para estes.

Dividido em nove capítulos, além da apresentação e conclusão, o Capítulo 1 apresenta de forma clara e sucinta os pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa. O princípio teórico que norteia o trabalho está baseado na premissa de que os saberes, representações e práticas desenvolvidas pelos atores sociais só têm sentido e adquirem significado no interior de um determinado contexto sócio-econômico

e cultural. Os aspectos sócio-culturais de uma dada realidade devem ser, portanto, investigados enquanto elementos que “*influenciam ou mesmo determinam o que e como produzir no momento mesmo da produção e não numa esfera metafísica ou ideológica da realidade*” (p. 22). Assim, ao invés de reduzir o fenômeno da hanseníase a um mero epifenômeno de causas maiores, como a estrutura de classe ou organização do Estado, Marcos Queiroz e Maria Angélica estudaram, sem excluir a influência de fatores mais abrangentes, a realidade específica dessa doença. Nesse aspecto, a pesquisa, enquanto desce à micro-subjetividade da experiência de saúde e doença, procura, ao mesmo tempo, remetê-la a um nível sócio-cultural mais amplo.

Os Capítulos 2, 3 e 4 tratam, respectivamente, de uma breve história da saúde pública no Brasil (com especial ênfase sobre a história da hanseníase), da situação epidemiológica dessa endemia no Brasil e em Campinas e, por último, dos meios de controle da doença em Campinas. De certa forma, constituem – pela forma de abordagem e temática tratada – a primeira grande parte do livro. O argumento central desses capítulos pode ser resumido da seguinte forma: a hanseníase é uma doença infecto-contagiosa crônica e qualquer programa de saúde pública que visasse erradicar essa enfermidade teria de interceptar a cadeia de recepção mediante a descoberta de uma vacina específica. Entretanto, não há tal vacina e o tratamento existente ainda está muito atrasado em relação aos avanços obtidos com outras endemias. A partir da década de 80, conforme normas governamentais, a forma de tratar a hanseníase ficou limitada apenas à utilização da poliquimioterapia. Essa estratégia é insuficiente, pois, além de outros fatores, a “*política implementada pelo SUS pretende descentrar o diagnóstico e o tratamento da doença através de toda a rede básica de serviços de saúde e, com isso, diluí-la no quadro geral de morbidade*” (p. 111). Com o domínio biologicista e individualizante na rede básica de serviços de saúde, o paciente não recebe atenção necessária para o tratamento da doença. Sem o acompanhamento sócio-psicológico, o hanseniano tem precário envolvimento com o procedimento terapêutico e pouca preocupação com os aspectos informativos e educativos.

O Capítulo 5 inicia uma segunda seção do livro: a perspectiva do paciente e do comunicante com a hanseníase. Após caracterizar sociologicamente o modo de vida dos indivíduos que compõem os grupos amostrais (Capítulo 5), os autores focalizam as representações sociais sobre saúde e doença (Capítulo 6). Nessa análise, os informantes afirmam a origem multicausal da enfermidade, a importância da integração social e familiar no sucesso terapêutico e a percepção de saúde como algo diretamente proporcional ao trabalho. No caso mais específico da hanseníase, a questão dos nervos, da tensão e desgaste constituem um tema recorrente entre os entrevistados. O Capítulo 7 está voltado para compreender as representações sobre benzimento, automedicação e medicina alternativa. Recursos como a medicina caseira, a medicina religiosa (como o kardecismo, umbanda, pentecostalismo), benzedeadas e/ou pais-de-santo, além do uso de ervas medicinais, constituem componentes essenciais nas respostas apresentadas pelos informantes. No capítulo seguinte, os autores apresentam depoi-

mentos relativos à história pessoal do desenvolvimento dos sintomas, da consulta a médicos e do diagnóstico. Um dado significativo nesses relatos diz respeito ao fato de que, em aproximadamente 90% dos casos, o paciente, antes de ter o diagnóstico, passou por pelo menos um médico que emitiu informações erradas sobre a doença. Contudo, de uma maneira geral, uma grande parte da clientela avalia positivamente os serviços prestados pela rede pública de saúde. Por último, no Capítulo 9, é analisado o estigma em relação à doença. O paciente tende a encobrir, com o apoio da família nuclear e dos serviços de saúde, as marcas que caracterizam o estereótipo estigmatizante.

Na conclusão, os autores chamam atenção para o caráter subjetivo, emocional e cultural da enfermidade, destacam a importância do método qualitativo de investigação e sugerem que, para incorporar uma dimensão holística da saúde e da doença, a medicina precisaria ampliar a sua base reducionista biológica, incluindo, no enfoque de ambas, dimensões sociais e culturais.

No contexto atual, caracterizado por uma ampla discussão sobre a necessidade de repensar, em novas bases teórico-metodológicas, a instabilidade da reforma administrativa e da municipalização dos serviços de saúde, a publicação do livro de Marcos Queiroz e Maria Angélica Puntel torna-se fundamental. Trata-se de um trabalho que procura estabelecer algumas premissas sobre as complexas inter-relações entre a doença, o doente e os serviços de saúde, tanto biomédicos, quanto populares ou alternativos. Sem se limitar a um único enfoque teórico para dar significado à hanseníase, os autores foram bem sucedidos em resgatar os aspectos estruturais das instituições sociais tendo por base o universo vivido de sujeitos e atores sociais. Mediante um trabalho etnográfico significativo, concretizaram pelo menos um dos grandes desafios das ciências sociais desse fim de século: a implementação da perspectiva multidisciplinar na análise dos fenômenos humanos.

Paulo César Alves
Universidade Federal da Bahia
Salvador, BA

SAÚDE EM DEBATE. Márcia Kupstas (organizadora). São Paulo: Moderna, 1997. 160 pp.
ISBN 85-16-01653-6

Este é um livro encantador! É claro e informativo. Mais ainda: informativo com coerência e consciência social. De fato, é emocionante ver especialistas como os aqui reunidos, enumerando, em linguagem simples e direta, e com tanta atualidade, valores que inspiraram e conformaram a vida e trajetória de tantos de nossa geração. A saúde como dever de Estado e direito de cidadania, a relação saúde-doença, não como objeto de mercantilização, mas como fato a solidarizar pessoas e instituições, eis algumas de nossas utopias aí claramente postas e discutidas no âmbito do acessível e do compreensível.

De conotação nitidamente paradidática, consiste de sete capítulos autônomos, porém complementares, a serviço justamente de provocar o processo sugerido pelo título, isto é, colocar a saúde em debate. Alguns se destacaram de imediato nesse contexto: o

primeiro conceitua, sistematiza e incentiva tal prática. A busca de visão da realidade brasileira contemporânea do setor saúde, com ênfase na altamente sensível questão da assistência médica, constitui desafio encarado na unidade subsequente, *A Saúde Pede Socorro*, de autoria de Sara Romera Sorrentino, apresentada como médica especialista pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

Neste sentido, registra-se que a equipe dos autores não é uniformemente conhecida, mas alguns deles, sem dúvida nenhuma, são profissionais destacados nos círculos de suas respectivas atuações, como o caso dos professores Marilisa Berti A. de Barros e Gastão Wagner de S. Campos. O texto deste colega é, realmente, muito interessante: Trata-se de conhecer o “médico: herói, ou vilão, ou um profissional em apuros”. Começa com a pergunta: “Quando os médicos se transformam em comerciantes, quem cuida da saúde das pessoas?”, para situar as responsabilidades de “governos, seguradoras, bancos, empresas de medicina, imprensa e os próprios consumidores”. Para ensaiar respostas, é necessário conhecer os sistemas de saúde, o médico de família – meio sacerdote, meio artesão-comerciante –, a fim de desembocar no médico trabalhador especializado e empregado de grandes empresas, além do médico ouvidor público: de herói autoritário a burocrata conformado.

Naturalmente, alguns reparos merecem registro, não para apequenar-se o valor da obra, mas, exatamente pelo contrário, para engrandecê-lo, na medida em que se destacam pontos a serem revistos e recompostos na certamente próxima segunda edição, produzindo efeito formador ainda mais expressivo junto aos nossos jovens. Com efeito, recomenda-se fortemente que as conclusões do primeiro capítulo sejam realmente reconsideradas: ocorre que elas se formulam pela citação e defesa de dois anexins que, provenientes do senso comum, são considerados, à luz do conhecimento científico atual, no mínimo absolutamente questionáveis. Trata-se, de um lado, do outrora aceito “*mente sã em corpo sã*”, associadamente com “*é melhor prevenir do que remediar*”. Ora, toda a epistemologia da moderna motricidade humana parte da superação desta maniqueísta dualidade do físico com o psíquico-espiritual, conteúdo-continente, mas reconhece a unicidade da transcendência humana. Da mesma maneira, já em década passada, o epidemiologista Antônio Augusto F. Quadra, em seu conhecido *Viver É Resistir: A História Natural da Doença*, verbalizava que “*prevenir é tão inócuo quanto remediar*”, uma vez que, tanto prevenção, quanto terapêutica, constituem conjuntos de técnicas e procedimentos intra-setoriais que não atingem, na realidade, a estrutura de determinações dos fatos sociais dos agravos mórbidos, como, por exemplo, os relacionados a produção, distribuição e consumo de bens e riquezas.

Outro aspecto a merecer, também, consideração diferenciada é o capítulo escrito por Milton Lopes de Sousa, médico, mestre e doutor atuante na Clínica Médica da Unicamp. De forma muito oportuna e própria, questiona o modelo e *Os Caminhos da Medicina*, introduzindo seqüência de páginas sobre *Medicina Não Convencional ou Alternativa*, “na medida em que a medicina de órgãos vem apresentando no seu percurso pela história dificuldades e frustrações”. Nada mais legítimo de explorar! No entanto, ao fazê-

lo, destaca que “a homeopatia foi uma das primeiras disciplinas médicas do mundo ocidental a encarar o ser humano como um todo, em sua busca de uma cura apropriada, atendendo não só para as alterações do corpo como também para as da mente”; faltou, entretanto, advertir consumidores potenciais acerca da inexistência de qualquer demonstração de bases científicas dessa prática; pelo contrário, são classicamente conhecidas situações em que o placebo apresentou, em estudos clínicos controlados, melhores resultados do que aqueles atingidos pelo tratamento homeopático.

Também no plano mais geral, outro equívoco – dúvida, melhor seria dizer? – vale a pena ser desvelado: o título do texto – *Saúde em Debate* – é o mesmíssimo da revista existente no Brasil há mais de vinte anos e de cuja criação e conselho editorial participou, materializando, desde então, realizações do Cebes – Centro Brasileiro de Estudos em Saúde. A identidade não só temática, mas de abordagem e mesmo até de autores está a sugerir, parafraseando Mestre Frota Pessoa, que parece muita coincidência para ser coincidência. A explicitação de uma menção a respeito seria, pois, extremamente oportuna.

Outra revisão necessária, sobretudo por se tratar de publicação intrinsecamente comprometida com o ato pedagógico, com a plenitude do ensinar, são as referências bibliográficas: a de Marlet et al. precisa ser completada, porquanto encontra-se formulada sem a indispensável data correspondente.

Rumo à reversão, entretanto, concentremo-nos em contemplar os aspectos positivos da obra. Com efeito, não é para se desgastar com a eventual tortuosidade das árvores quando há tanta vitalidade na floresta! Parabéns, colegas, autores experientes e leitores convidados!

Aguinaldo Gonçalves
Grupo de Saúde Coletiva/Epidemiologia e Atividade Física
Faculdade de Educação Física
Universidade Estadual de Campinas
Campinas, SP

MOLÉCULAS, MOLÉSTIAS, METÁFORAS: O SENSO DOS HUMORES. Luis David Castiel. São Paulo: Unimarco Editora, 1996. 176 pp.

ISBN 85-86022-03-9

Este livro está disponível na íntegra via *download* no seguinte endereço:
www.ensp.fiocruz.br/publi/li_cast/indice.html

À luz das modificações que se operam no campo das ciências biológicas, privilegiando os avanços proporcionados pela biologia molecular e suas influências sobre o campo da saúde pública, Castiel nos proporciona mais uma de suas instigantes reflexões materializadas neste seu último livro. Ao tomar como base o conhecimento produzido pela ciência e as suas insuficiências e lacunas de explicação sobre a vida, percorre-se, no livro, um debate construído com uma abordagem “indisciplinar” (embora, como diz o autor, “com todo o rigor da disciplina”), visando construir uma crítica à produção de conhecimentos, selecionando a epidemiologia, como um de seus objetos centrais.

Aproveitando-se de textos anteriormente publicados e outros inéditos, reorganiza a sua produção

intelectual oferecendo uma revisão sobre questões complexas que, apesar de não contar com a concórdância de todos (e é necessário que assim o seja!), retoma e revitaliza a necessária discussão da saúde pública e da epidemiologia, nas suas perspectivas conceituais e metodológicas. Dentro de suas características, o autor, de modo bem didático e até bem humorado, submete o campo da saúde coletiva ao movimento de análise epistemológica praticado e valorizado por diferentes áreas científicas, movimento esse, de certa forma, pouco reconhecido por parte de nossos pares.

A leitura dos capítulos traz inicialmente uma análise das relações entre a saúde pública com a biologia molecular, mais especialmente a genética molecular, destacando-se, entre outras tantas questões, a crise enfrentada pela saúde pública e pelo sanitário, na medida em que este tem se transformado em “perplexo administrador de estranhezas”. Ao lado disso, traz elementos polêmicos sobre a influência que o desenvolvimento da moderna biologia representa para a saúde pública (matéria que foi submetida a interessante e revelador debate, publicado anteriormente nos *Cadernos de Saúde Pública*), e procura mostrar como o modelo de risco, conceito central da metodologia epidemiológica, “está aparentemente circunscrito a condições bem delimitadas”, não levando em consideração, freqüentemente, a realidade na qual está imerso e nem sua dimensão subjetiva e cultural.

Na seqüência, elege a psicanálise como objeto de reflexão e aponta para a utilização do raciocínio causal milliano e da lógica indutivista feita por Freud na explicação da histeria, sugerindo que, na construção de suas hipóteses, este estaria perseguindo a idéia de uma dimensão preventiva que legitimasse a psicanálise, tal como a epidemiologia o é no controle e erradicação de algumas doenças.

No Capítulo 4, o autor apóia-se na avaliação do risco e prevenção do HIV/Aids para analisar a visão racionalizadora (trabalhando esse conceito sem o juízo de valor que se pode, eventualmente, fazer supor). Indica que, se “os requisitos fundamentais para o sucesso na prevenção são: *informação e educação; *serviços sociais e de saúde; *um ambiente social adequado”, é no primeiro que se observa a operacionalização das ações baseadas na noção de risco devidamente mensuradas, entretanto, com resultados aquém da efetividade almejada. Alonga-se na descrição das limitações do instrumental epidemiológico na abordagem das diferentes dimensões da Aids, adentrando, inclusive, pelas questões de ética. Aliás, o complexo HIV/Aids constitui-se numa entidade que está a exigir uma revisão dos conceitos de que as doenças infecciosas são problemas superados, como pode depreender-se ao se basear na adoção acrítica das teorias de transição epidemiológica. Esse capítulo que concretiza as limitações da aplicação da metodologia epidemiológica encerra-se com uma afirmação eloqüente que merece destaque: “Mas, enfim, algo é irredutível: por mais que conheçamos nossas moléculas e inventemos continuamente novas metáforas, as moléstias que nos atingem indicam a necessidade de buscar não só os projetos científicos outros, onde nosso lugar seja diferente que o de ‘aprendizes de feiticeiro’, mas outra visão do que seja a vida e a experiência humana”.

No capítulo seguinte, Castiel aborda as metáforas e suas relações com o corpo humano, suas funções e seu processo de adoecimento. Analisando a relação da metáfora com a psicanálise e como intermediação psicossocial, toma-as como ilustração da “*relevância das possíveis redes interativas entre representações coletivas, individuais e manifestações mentais/psicossomáticas*”. Debruça-se sobre as relações das práticas metafóricas nos discursos da clínica médica e das dificuldades por esta enfrentada.

A reprodução da apresentação feita pelo autor permite a apreciação do que pretende nos dois últimos capítulos: “... *abordam-se aspectos teóricos e conceituais da Epidemiologia, com ênfase nas dimensões metafóricas vinculadas à produção científica, de um modo geral, e à pesquisa epidemiológica, em particular. Nesta perspectiva, apresentam-se as relações da disciplina com a lógica identitária e metáforas empregadas, tanto em termos de causalidade como referentes à idéia de 'risco'... são descritas algumas tentativas de desenvolver métodos que avancem no conhecimento da situação de saúde/doença das populações*”, colocando a autoridade explicativa da ciência ao lado da nossa experiência cotidiana e imediata.

O texto de Castiel se justifica, senão pelo conteúdo de sua exposição que está bastante enriquecida pelo farto referencial bibliográfico utilizado e indicado, pela contribuição que faz ao introduzir mais um importante trabalho ao difícil e árduo (reiterando, às vezes pouco valorizado) processo de construção e conhecimento dos conceitos operados na epidemiologia.

Moisés Goldbaum
Departamento de Medicina Preventiva
Faculdade de Medicina
Universidade de São Paulo
São Paulo, SP